

Governo anuncia convocação do

Jornal de Brasília • 3

Congresso

A convocação do Congresso Nacional, na próxima semana, é inevitável e será feita por iniciativa do presidente Fernando Collor e não automaticamente, em decorrência da reedição de medidas provisórias, garantiu ontem o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Ele argumenta que o fim da validade da Medida Provisória 273, dia 29 último, deixou o País em uma situação difícil, sem uma política salarial ajustada ao projeto econômico em curso. Passa a vigorar, no caso, a proposta aprovada pelo Congresso em julho de 1989, que atrela os salários de até 10 mínimos ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que coleta os preços de 15 a 15 de cada mês.

“Não podemos aceitar um sistema que destrói completamente os pilares do Plano Collor”, afirmou Passarinho, contestando o uso da reindexação dos salários ainda que provisoriamente. Isso seria feito, por exemplo, nos julgamentos e decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, cujo recesso de fim de ano se encerra no próximo dia 7. O ministro reiterou a informação de que o Governo vai vetar inteiramente o projeto de conversão do Congresso, que fixou a política de indexação salarial e concedeu abono entre 5% e 12% para os trabalhadores no mês de janeiro. O abono, extensivo aos funcionários públicos e militares, coincidiria com a data base das categorias, “que passariam a desfrutar de uma situa-

ção privilegiada”, justificou.

Passarinho acha descabido o conselho do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), para que o Governo “pense duas vezes antes de convocar os parlamentares no recesso”, argumentando que isto se dará de forma automática cinco dias após a reedição ou edição de medidas provisórias. “Está no artigo 62 da Constituição, que o próprio Congresso elaborou”, lembrou. A diferença na convocação formal do Presidente da República é que ele próprio pode definir a pauta, sem se prender à medida que levou a chamar os congressistas. Além da política salarial, serão igualmente colocadas em votação mais três medidas provisórias: a que disciplina a mensalidade escolar, a que extingue Lloyd e a que aumenta as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR). Segundo o ministro, o Congresso já demonstrou capacidade de superar a falta de quórum no último esforço concentrado, através de acordos de liderança, o que — entende — poderia ser repetido agora no recesso, na apreciação da MP dos salários. (AE)

□ O presidente Fernando Collor reinicia seus despachos no Palácio do Planalto amanhã de manhã, com uma reunião de trabalho com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, que também preside a Comissão de Desestatização.